


de Deus A requer, o Senhor Presidente disse que em função do Regulamento de Virginia nº 127/2007, aprovado na Sessão anterior para que as Comissões Vereais se reunissem para emitir parecer em conjunto ao respectivo Projeto de Lei de Lei nº 117/2007 - B. B. nº 58/2007, não colocou em votação o parecer favorável em conjunto das Comissões Vereais ao projeto referido. Abarcado em votação o parecer favorável em conjunto foi aprovado, estando, portanto, aprovado o Projeto de Lei nº 117/2007 - B. B. nº 58/2007. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encareceu a presente Sessão em nome de Deus E, para isso, ter mandado que se levantasse a presente Ata, que de pois de lida, subscrevida e aprovada, assinada, eia assinada para que produza seus efeitos legais.


Plute Schumelt.

Ata da trigésima Terceira Sessão Ordinária do número período legislativo do município de Cabo São João, realizada no dia 25 (vinte e cinco) de outubro do ano de 2007 (dois mil e sete).

Os seguintes nomes do dia 25 (vinte e cinco) de outubro do ano de 2007 (dois mil e sete) sob a presidência do vereador Luiz Geraldo Nunes de Aguiar e com a substituição "ad hoc" de Henrique Deuchino pelo vereador Plute Schumelt Cavellis, reuniram-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São João. Após, responderam e humilidade regimental os seguintes vereadores: Rui Silva do Rocha Lima, José de Aguiar, Alexandre dos Santos, Anna, Eládio José Marques Gonçalves, Jairo do Santos Mendes, Jodan Cândido de Aguiar, Paulo Henrique Pereira de Santos, Anna, da Machado de Cunha, Luis Rodrigues Pinto e Volney Rodrigues do Silva, havendo número regimental o Senhor Presidente de elevada ordem e presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas da trigésima Terceira Sessão Ordinária do número período legislativo e Ata da trigésima Terceira Sessão Extraordinária do número período legislativo. A requer, o Senhor Presidente após o cumprimento

Populares, disse que fora pleito seu o combocão do Porto de Suíte. Retomando a
palavra, o orador comentou sobre o respeito de deus que hauria da instituição
Ambiti do município do Triumphe. Admitiu, destacando a necessidade de uma
disposição ampla de com todos os segmentos sociais. Disse, que do ponto de
vista legal e de dignidade era legítima, e irrepreensível, privilegiando todos
os seus requisitos. E seguir, seu trecho da pleusão do alcebor. Não quis adu-
que, que resultava que não podia que honrar a gratidão do orador, mas
quia a concessionária de sobre o equivoque imunitário tantiva com a respeito
A seguir, disse que a gratidão era afimite, porque nele havia imbuída a tarefa
quilo que a gratidão era im, elapada da "amor", "amor" o que propriamente dito
era a gratidão na forma de de. Enfatizou que aquele termo já era costumeiramente
denotado na literatura de tributo, na realidade era necessário que fosse emido substi-
tudo em uma do estado de pagamento a um real, porém, na realidade haveria
uma tarefa ou melhor, uma política tarifária. Disse que necessariamente lembrar que
se tratava de concessão de serviço público, que tinha como princípio a natureza
pública, disse ainda que era intenção de um plano elucidação do que é natureza, e
não fosse desvirtuado antes o princípio de estado. Admitiu que o município tinha equi-
líbrio no todo mais com do país, e o estudante nem assessor de pressionar a
tributo e o pagamento etc, que o não pagaria euro porque o filho andava de gra-
ta, porém, havia que disse que no Brasil não havia gratidão, disse que
não tinha mais sentido a discussão a cerca da legalidade da gratidão, tam-
bém que legalmente a mesma já estava deprida, era um necessário de tribu-
to público. Disse que havia pressão, porque colocar a passagem a um real
era um compromisso eleitoral. Disse que não queria penalizar a população, era
haveria a discussão da redução tarifária, mas que haveria o subsídio da
passagem visto que já estava emido de ver no município o poder público
subsidiar tanto de futebol com salários milionários, ou curadoras de centros,
do Brasil inteiro, que cobravam cinquenta mil reais em alguns lugares, mas que
em São Paulo, no paraiso do petróleo, cobravam cerca de trezentos mil reais
por algumas horas de show. Disse, não via o preço de não de tributo o
subsídio do Triumphe, mas o que não acabaria era ver os estudantes. Disse
que não operaria o monopólio do que usavam uma carteira de estudante
para utilizar o Triumphe coletivo, mas que era necessário que honrar se o be-
nem eu o melhor que viu com uma carteira de estudante, não andava eu

histórico foi não ter emprego e necessitarem de política pública. Disse que sua mandata, função
 eis de lá, e estava ao lado da decisão quanto ao plano do estudante de São Paulo, no
 que não era sua falta. A seguir, deu-se o nome o vereador Alfredo Bonaldi, que após
 considerações de praxe, disse que se equanimidade com os fulcros do vereador João
 com relação à disposição de política pública. Disse que havia interesse demonstrado no momento
 a verso da política pública de transporte e tinha o intuito de que apesar de todo espaço, de fato
 quem não está neste tempo, mas que o intuito maior do executivo local seria fazer adequação
 de ao estudante. Disse que no plano do vereador Alexandre, há um plano abrange de inclusão, um
 plano de ônibus levando pelo sistema, e buscando o vereador João Mendes, abrange como
 quem disse: "o vereador Alexandre está impedindo seu praxe". Adverte que aquele que
 os vereadores não tinham conhecimento local, todo deveriam ter um só intuito de fazer o que
 se comum que era o bem de São Paulo. A seguir, disse que nos meses seguintes, no sentido de
 tentar melhorar o bairro Jardim Rio, buscando, disse de seu equívoco foi aquela comuni-
 dade. Adverte, em relação sobre o plano de inclusão de área que seriam para a implantação do
 posto de saúde que era de trinta e oito mil reais, disse que também o imóvel, que também
 foi utilizado foi uma escola, que dividido inicialmente dava o valor de cerca de três
 mil e quinhentos reais. Disse que o próprio prefeito havia se interessado o local de construção
 do posto de saúde e foi então o mesmo não tinha conhecimento do aluguel do galpão. Disse
 que não poderia admitir a falta de zelo para com o dinheiro público. Referiu que havia
 informado através de Sebastião de Almeida que o imóvel seria provisionado por algumas
 semanas mais, mas que soubera que o contrato fora assinado há doze meses, além da
 existência de que fosse implantado um posto de saúde naquela comunidade, não o
 pagamento do que não tinham a quem receber. Em seguida, o vereador João Mendes
 de Almeida, disse que era necessário que o vereador Alfredo Bonaldi, deixasse o nome do
 imóvel empreiteiro em virtude da gentileza de gerir, em vez que assim, poderia-se
 questionar o executivo com relação ao fato de não ter a política, o vereador Alfredo
 Bonaldi, disse que não tinha conhecimento do nome do empreiteiro, mas que o mesmo
 já fora citado pelo vereador João Mendes em sessão anterior. Em seguida, o vereador João
 Mendes, disse que o vereador João Mendes fazia sempre questão do nome, o que era
 bastante difícil em virtude de que eram muitos, que na maioria das vezes eram re-
 presentantes, prefeitos de grandes interesses que estavam no bom dos serviços. Disse
 que era praxe, o contrato de quarenta funcionários, onde somente trabalhavam dez
 nome, que ele próprio denunciava o empreiteiro através que dava um rateio ao im-
 pleiteiro para que trabalhassem no município, onde os preços eram mais elevados.

do que no outro, o que caracterizava habitualmente, em dia a dia de que seu
homonímico ficavam presos àquela maneira. Disse que após a denúncia houve
correução, mas lamentavelmente não houve punição. Disse que aquele sistema
foi implantado no Governo de Alair Borja retomando a palavra de o vereador
Alfredo Gonçalves que na ocasião esteve à frente das negociações para diminuir tal
problema, mas que infelizmente os empregados da escola empreteira ficaram com
medo e se omitiram não querendo recuperar os departamentos. Em aparte, o vereador
Aurônio Ant'Onna disse que no Governo de Alair Borja não havia qualquer
relação ao prefeito Carlos Mendes não saber o que se sucedia em seu governo,
tal fato não era novidade, tanto que o prefeito não sabia nem mesmo onde estavam
os que tinham milhões de reais. Retomando a palavra o vereador Alfredo Gonçalves
disse que o prefeito poderia mesmo não saber do que ocorria em decorrência do mau
atendimento do governo. Voltou a aparte o vereador Alair Rodrigues Neto, e depois o vereador
Alfredo Gonçalves disse que o tema abundante inicialmente pelo vereador foi
nada dos Carlos Mendes fora deixado do seu curso, e a ele procurava muito a gestão
da qualidade no transporte público para o estudante, a rede pública disse que a
duplacão era com tudo de homem sério e todo pleiteavam o respeito pelo direito
do povo disse que o povo estava atento ao comprometimento do vereador. Disse que havia
no bairro não a família de Afonso cujo filho fora candidato vereador que foi eleito
nos primeiros do tempo, e que foi eleito caracterizava a relação do povo para com
o candidato. Falei da postura insipiente de alguns políticos, que a todos deixaram
o próprio bem, explicou que o homem público o vereador deveria estar atento
com relação a todos os pleitos que tramitavam na Câmara Municipal. E depois, após
disse a atuação do vereador Alfredo Gonçalves, dizendo que seu desejo na época
dao foi o mais brilhante de toda a sua vida política. Retomando a palavra o ve-
reador Alfredo Gonçalves agradeceu o apoio e reiterou o apoio do Nobres Naves
no sentido de que fosse mudado o quadro político do município disse que não fa-
zia parte da oposição, mas que declarou que o governo reuniria regularmente
sempre buscando atender a comunidade. Disse que seu mandato pertencia aos re-
bates que o elegeram, não como a todos a população de Alto Rio e que seu espíri-
to era de grandezas e de amor ao próximo, no que marcou sua fala. Não havendo
mais assuntos inseridos para o uso do tribuna, o senhor Vereador concordou em
habitar para o dia de amanhã, foram aprovados os 4 indivíduos no 2007
02/1/2007, 13/1/2007, 15/1/2007, 15/2/2007, 15/3/2007, 15/7/2007, 15/8/2007, 15/9/2007 e 16/10/2007. Não

10/10

